

**##ATO PORTARIA TRT 19º GP Nº. 550 DE 25 DE JANEIRO DE 2010.**

##TEX O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº. 12.017 de 13 de Agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2010) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais). Resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Jorge Bastos da Nova Moreira  
Desembargador Presidente

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2009 A ABRIL/2010

| RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)  | R\$ Milhares                           |   |                       |
|---|--|---|-----------------------|
|   | Despesas Executadas (Últimos 12 meses) |   |                       |
| DESPESA COM PESSOAL   | Liquidadas (a)                         | Inscritas em restos a Pagar não Processados (b) | Total (c) = (a) + (b) |
| <b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>  | <b>107.906</b>                         | <b>342</b>                                      | <b>108.248</b>        |
| Pessoal Ativo   | 98.018                                 | 167   | 98.185                |
| Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)   |  |   | -                     |
| Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)     | 2.328                                  | 57  | 2.385                 |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo   | 95.690                                 | 110   | 95.800                |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  | 9.888                                  | 175   | 10.063                |
| Sentenças Judiciais sem precatório (do próprio Órgão)   |  |   | -                     |
| Sentenças Judiciais com precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)     |  |   | -                     |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas  | 9.888                                  | 175   | 10.063                |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) |  |   | -                     |
| <b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ do art. 19 da LRF) (II)</b>                                     | <b>12.546</b>                          | <b>260</b>                                      | <b>12.806</b>         |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  |  |   | -                     |
| Decorrentes de Decisão Judicial   | 2.328                                  | 57  | 2.385                 |
| Despesas de Exercícios Anteriores   | 1.020                                  | 203   | 1.223                 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   | 9.198                                  |   | 9.198                 |
| <b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>   | <b>95.360</b>                          | <b>82</b>                                       | <b>95.442</b>         |
| <b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>  |  |   |                       |
| <b>RECEITA RECORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)</b>  |  |   | 468.699.862           |
| <b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)* 100</b>                | <b>0,020346%</b>                       | <b>0,000017%</b>                                | <b>0,020363%</b>      |
| <b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>                        | <b>0,037725%</b>                       |   | <b>176.187</b>        |
| <b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>                        | <b>0,035839%</b>                       |   | <b>167.976</b>        |

Fonte: SIAFI 2009 E 2010.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Devido à impossibilidade de segregar os valores entre Ativos, Inativos e Pensionistas, quanto às sentenças com Precatórios do próprio órgão e de outros da Administração Direta, todo o saldo foi lançado como Pessoal Ativo.
- 3) Do total das despesas correspondentes às Sentenças Judiciais c/ precatórios, R\$ 216 mil refere-se às Sentenças de Pequeno Valor, R\$ 2.112 mil refere-se a precatórios da administração direta.
- 4) O valor referente a destaques recebidos para pagamento de precatórios da administração indireta foi de R\$ 1.022 mil.

Jorge Bastos da Nova Moreira  
Desembargador Presidente

Expedito Leopoldo de Oliveira Júnior  
Ordenador de Despesa

José Angelo de Araújo  
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

Sheila Santos Rolim  
Diretora do Serviço de Controle Interno